

MICHEL FOUCAULT E A PROBLEMATIZAÇÃO DO PODER

MICHEL FOUCAULT AND THE PROBLEMATIZATION OF THE POWER

Cesar Tadeu Fontoura*

RESUMO: O conceito de poder desenvolvido na última fase do pensamento de Michel Foucault ajusta-se à sua concepção de sujeito, problematizando-se. Trata-se de mostrar esse momento de reavaliação crítica concernente à relação entre poder e liberdade. A partir daí, Foucault chega a uma conclusão valiosa: a relação de poder é produtiva, mas seus efeitos são mediados por uma reação adaptativa do indivíduo que os condiciona a um valor ético-estético. O regime de poder é definido, assim, com a colaboração da resistência do indivíduo ao perigo de ser governado por uma função subjetivadora. Governamentalidade é essa relação de dominação problemática, caracterizada pela dissolução da liberdade individual pelos mecanismos de produção de sujeitos e pela reação individual ao poder, que o absorve em estilos de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Poder. Crítica. Liberdade. Sujeito.

ABSTRACT: The concept of power developed in the last phase of the thought of Michel Foucault adjusts to its conception of subject, problematizing itself. It is treated to show this moment of critical reevaluation, concern to its relation into the power and the freedom. From then on Foucault arrives at a valuable conclusion: the relation of power is productive but its effect are mediated by a adaptative reaction of the individual, what conditional them an ethical-aesthetic value. The regimen of power is defined, thus, with the contribution of the resistance of individual to the danger to be governed by a subjectification function. Governmentality is this relation of problematic domination, characterized for the dissolution of the individual freedom for the mechanisms of production of subjects and for the individual reaction to the power, that absorbs it in life styles.

KEY WORDS: Power. Critical. Freedom. Subject.

Ao longo dos discursos de sua última fase (sobretudo nos anos 80), Foucault assumiu uma complexidade adicional, sobretudo em função dos resultados obtidos com a *História da sexualidade*. O segundo volume da *História* (de um projeto original de sete volumes) consolidou um deslocamento teórico inesperado, diferenciando-se essencialmente da idéia já cristalizada numa microfísica do poder. Até então Foucault estava mais propenso a negar a existência do sujeito — aquele sujeito, oposto ao objeto, pensado desde Descartes, e que inaugurara a modernidade como um modelo auto-referente de pensamento. Sobretudo, o que

* Doutorando em Filosofia-PUCRS . Contato: ctfontoura@bol.com.br

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 68-88
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

estava em pauta é esse conceito de sujeito que é tido como a condição inaugural das ciências humanas, capaz de reduplicar, empírico-transcendentalmente em Kant¹, o sujeito de si mesmo como transcendência, mas também com e pelo corpo possível na experiência. Naquele fim da década de 70, Foucault trabalhava em uma analítica do sujeito, a qual deveria ou ser assimilada pela genealogia do poder², ou então reformular o projeto genealógico em função da recente valorização das técnicas de si. Logo à primeira página de *Sujeito e Poder*³, é estabelecido o novo encaminhamento dado por Foucault ao tema, cujo ponto de inflexão deixa de ser a individuação a partir da pura e simples relação de poder: ao invés de analisar o poder, “meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos (...). Assim, não é o poder, mas o sujeito, que constitui o tema geral de minha pesquisa”,⁴ assume o autor.

Para o Foucault de até então o sujeito é uma objetivação, não o substancial cartesiano, mas o resultado de efeitos individualizantes de relações de poder. Aliás, essa concepção remete à revisão das soluções humanistas para a compreensão de o que faz o homem um sujeito produtivo, um louco, um criminoso, por exemplo. E, com efeito, é disso que trata, em boa medida, o artigo aqui (*Sujeito e Poder*) enfatizado. Porém, Foucault começa a relativizar aquela primeira resposta, de um homem individualizado por relações de poder, acrescentando agora um caráter ativo, até então impensável: apesar da pressão da relação de poder na constituição de respostas sociais, há uma restrição a essa imposição, a qual provém de um estrato não-político. A reação convida a concluir um estranhamento:

Talvez o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, *mas recusar o que somos*. Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos deste 'duplo constrangimento' político, que é a simultânea individualização e totalização própria às estruturas do poder moderno. Temos que promover novas formas de subjetividade, *através da recusa* deste tipo de

¹ FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. Trad. br. de Salma Tannus Muchail, São Paulo: Martins Fontes, 1996.

² O método genealógico, bem entendido, se estende até *Vontade de saber*, o primeiro volume da *História da sexualidade*, a partir de onde se inicia o terceiro momento metodológico de Foucault, da analítica do sujeito. Este é o percurso tacitamente aceito como o desdobramento real da história do pensamento foucaultiano entre as décadas de 1960 e 1980. FOUCAULT, M. *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Graal, 1990. pp. 60-80.

³ Texto bastante conhecido, acrescentado à segunda edição de “Michel Foucault: beyond structuralism and hermeneutics”, Chicago, Chicago University Press, 1983, de Hubert Dreyfus, e Paul Rabinow. Divide-se em duas partes, uma delas escrita em inglês, “Por que estudar o poder: a questão do sujeito”, e a outra parte escrita em francês, “Como se exerce o poder?”. Tem a virtude de sintetizar as tantas reflexões de Foucault sobre a genealogia do poder e a analítica do sujeito, sob a influência dessa última.

⁴ DREYFUS & RABINOW, *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Tradução de Vera Porto Carrero. 1º. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. pp. 238-39.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 68-88
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

individualidade que nos foi imposto há vários séculos.⁵

Essa promoção de um contra-poder é uma novidade que emerge espontaneamente na análise de Foucault da problematização do homem levada a efeito pela antropologia na Grécia antiga, vindo a compor com a estratificação do conceito de sujeito, oriundo da fase inicial da genealogia, circunscrita ainda aos limites fornecidos por *Vigiar e punir*. *Sujeito e poder* acrescenta algo, aproximando a genealogia do poder da hermenêutica do *si*. Esta é a resposta ao problema de determinar o estatuto do sujeito e da sujeição nas relações de poder, problema então visto a partir da óptica do sujeito; afinal de contas, o mesmo indivíduo que, como o grego antigo, deve cuidar de si mesmo. O centro da especulação foucaultiana no período se inclina da apreciação da produção externa daquilo que passa por subjetivo e individual para o exame da articulação interna desses efeitos. Seu trabalho já não se limita à descrição das condições estratégicas pelas quais os mecanismos sociais utilizados se mostraram capazes de manter a relação de poder em uma instituição, mas também, e, sobretudo, tem em vista abrir a solução inicial de *Vigiar e punir* para abrigar a crítica ao conceito metafísico de poder. Desta vez Foucault já concebe o poder como um exercício regular de força de pessoas sobre pessoas, sem a propriedade transcendental de um soberano, manifestada empiricamente como norma legitimadora do direito real⁶. Para Deleuze⁷, o que Foucault oferece é uma topologia da formação do interior do sujeito a partir do seu exterior. Produto de forças externas, o interior subjetivo se forma como uma entidade independente pela dobra do externo, até o seu enclausuramento, com conseqüente desligamento do exterior. Esse dentro produzido de fora autonomiza-se parcialmente, tal como acontecera nas primeiras problematizações gregas mediante o autoconhecimento, mediante a produção de técnicas de cuidado de si. Não há, pois, contradição entre a subjetivação por funções de poder e sua posterior independência a partir de si mesmo. Este é um resultado nem um pouco trivial, que envolve a crítica não apenas ao conceito clássico de poder, mas também a sua primeira formulação pelo próprio Foucault.

Essas conclusões serão explicitadas na primeira parte do presente estudo, quando da análise da possibilidade de desestabilização — pela oposição de uma resistência efetiva

⁵ DREYFUS & RABINOW, *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Tradução de Vera Porto Carrero. 1º. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 239 – ênfase acrescida.

⁶ Cf. *Soberania e disciplina in* FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Tradução e org. de Roberto Machado. 10 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992.

⁷ Cf. DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Paris, Les Éditions de Minuit, 1986. Trad. de Cláudia Sant'Anna Martins. Brasiliense, 1991.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 68-88
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

proveniente da liberdade do sujeito da ação ético-política — de uma relação de poder instituída; prossegue-se com a análise da estabilização da relação; finaliza-se com a apresentação do resultado da crítica dessa relação de poder: o antagonismo de instabilidade e inércia. A ordem da análise, a começar pela possibilidade da luta, deve ficar esclarecida no decorrer da argumentação. A tese que permeia a interpretação é que a problematização do sujeito, levada a efeito por Foucault na segunda metade dos anos 70, implica a ampliação da noção de relação de poder, de modo a incluir a liberdade que caracteriza aquele, resolvendo-se num conceito mais complexo, inercial, de *relação de poder agonística*.

1. Poder de Subjetivação e Poder de Resistência: a Instabilidade da Relação de Poder

Já a partir do curso de 1976, começa a se consolidar para Foucault a tese da ampliação da esfera da função disciplinar do poder, até então restrita à determinação das funções microfísicas de subjetivação, abrindo-se um lugar para o que viria a se mostrar como a problematização do sujeito. Originada, pelo menos para o que cumpre aos ocidentais admitir, na Grécia, essa busca de compreensão do papel exercido pelos humanos organizados em sociedade, vinha a responder uma outra pergunta: o que impede que relações de poder se degenerem em violência e dominação? Os pontos essenciais envolvidos na reflexão em curso eram os limites representados pela resistência do sujeito à sujeição e pelo estouro da relação de poder em violência. A partir de então é preciso esclarecer que qualquer relação social que ainda não se regularizou como governo estável de uns por outros, deve ser entendida como uma luta provisória — por enquanto, aliás, um embate desproporcional, de alguns contra uma tradição estruturada de distribuição dos resultados das vitórias dos muitos, que constituem as relações sociais como tais. É preciso, pois admitir a existência de uma função provisória, representada pela resistência de sujeitos e pela tendência inercial a subjugar-los uns aos outros, combinação que se opõe visceralmente à possibilidade do esmagamento da reação, se opondo assim à violência.

Porém, situar tal disposição em um sujeito produto da subjetivação, tal como o entrevisto até ali, pálido e impotente frente à ação imperial do poder, só faz sentido se é admitida uma sobre-origem que o dirige de dentro para uma finalidade de desfazer a estabilidade da relação de poder que o produziu e amarra, trocando-a por outra mais ao seu

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 68-88
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

feito e interesse. O argumento de Foucault que sintetiza, de modo admirável, a relativização do alcance e eficácia das relações de poder, por causa da re-invenção do sujeito, é expresso pelo artigo *Sujeito e poder*⁸.

Fora, e talvez depois, do campo vasculhado pela genealogia do poder, são vários os textos que podem apresentar a idéia central da analítica do sujeito. O mais importante é *O Uso dos Prazeres*⁹. Nesses anos 80, o que Foucault investiga já não é o problema das relações de poder e verdade, tal como o fez desde o início dos 70, do que é exemplo eficaz *A Vontade de Saber* (impresso somente no final da década), primeiro dos volumes dedicados ao sistema da sexualidade. O que move Foucault nesse momento é a extensão, talvez paradoxal, do projeto da arqueologia e da genealogia até a concepção do sujeito livre. Em *Sujeito e poder* o central é o conceito de “produção de subjetividade” — com acento em *subjetividade* e não em *produção* —, e isso porque o argumento faz intervir uma mediação até então desnecessária. Desde o início é denunciado o sentido dado à noção, assumindo Foucault que seu trabalho lidou com “três modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos.”¹⁰

A expressão “objetivação” demanda uma atenção especial, pois está em oposição à expectativa tradicionalmente vinculada àquele de quem parte a predicação, na relação sujeito-objeto, tornando necessário compreender como e porquê o resultado do processo de tornar (e não o de tornar-se) alguém sujeito é expresso como *coisificação*. Eis aqui uma proposta que conflita com a racionalidade iluminista, ainda influente na década pós-maio de 68. A inversão do valor da ação atribuída ao sujeito é o primeiro tópico a ser considerado por Foucault. Os modos de objetivação capazes de fazer de seres humanos sujeitos determinados expressam o funcionamento de um processo despersonalizante bem ali onde irrompe o ato que deveria manifestar o que é lícito esperar como irredutivelmente humano: o ato livre. A primeira aproximação do problema consiste, pois, em reconhecer a objetividade de um indivíduo que é produzido *como se fosse* o sujeito da ação. Sujeito, nesse sentido, é aquele que foi individualizado em um dispositivo — e por isso admitido como tal, como sujeito — por uma função de poder. Ao conduzir-se por tal opção, Foucault leva-se à conclusão de que existe uma “forma de prosseguir em direção a uma nova economia das relações de poder, que é mais empírica, mais diretamente relacionada à nossa situação presente, e que implica relações mais

⁸ Cf. DREYFUS & RABINOW, *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Tradução de Vera Porto Carrero. 1º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

⁹ Segundo volume da *História da Sexualidade*. Trata-se do momento em que Foucault apresenta a questão mesma do sujeito.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 68-88
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

estreitas entre a teoria e a prática”¹¹. Essa adoção prévia abre o leque do pensamento, vindo a acentuar, na sua contramão, o que passara despercebido no cenário modificado pelo próprio Esclarecimento moderno: a importância de formas de resistências locais, de “lutas anárquicas”¹².

Ao recusar as noções universais, Foucault acrescenta ao debate uma dimensão desprezada, necessariamente talvez, pelo processo de procura de unidade característico da problemática metafísica. O que deve ser primeiramente exigido de uma genealogia do sujeito é, pois, que estipule a extensão do regional que deve substituir o universal, já que sua insurgência é admitida como a única resposta cabível do pensamento sensato ao problema de sucessão da filosofia no pós-*Aufklärung*. Ao invés de totalidades como o Estado e o Direito, opções mais modestas, como o governo e a disciplina, examinados em suas condições de existência, nos limites setoriais em que sua materialidade os confina. Isto é dizer, arqueologia, genealogia e problematização são enfoques metodológicos que pressupõem saberes regionais, relações de poder focadas, e sujeitos confiscados de sua liberdade. O fundo da investigação é o de uma microfísica, em qualquer dos casos. Ao invés da crítica operada pelo Esclarecimento, o que se faz necessário é uma nova economia das relações de poder — precisamente aquela que, como já aludido, fora por ele alcançada. A análise dessa racionalidade prática e regional vem a tornar-se possível no pós-68, quando a importância do poder aparece¹³, situado nas lutas que questionam "o estatuto do indivíduo", "os privilégios do saber" e a condição de "quem somos nós"¹⁴, precisamente os três eixos mais valiosos para determinar a nova equação do poder.

Colocando-se no âmbito das lutas¹⁵, Foucault propõe-se uma analítica que visa não desvendar a constituição interna do poder — o que seria observar o uso da mesma racionalidade universalista que ele critica —, mas o que denominou o *antagonismo*; ou mais rigorosamente, o *agonismo das estratégias*. Trata-se, pois, de uma abordagem indireta, tal como a que pretende na genealogia do poder definir a sanidade pelos efeitos da medicina, e as relações jurídicas e políticas pela análise da prisão. Ora, lutas dos indivíduos são reações à individualização operada pelas relações de poder. É coerente, pois, que se materialize uma

¹⁰ FOUCAULT, M. *Histoire de la Sexualité 1: La volonté de savoir*. Paris, Gallimard, 1976. p. 231.

¹¹ FOUCAULT, M. *Histoire de la Sexualité 1: La volonté de savoir*. Paris, Gallimard, 1976. p. 234.

¹² FOUCAULT, M. *Histoire de la Sexualité 1: La volonté de savoir*. Paris, Gallimard, 1976. p. 234.

¹³ FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Trad. e org. de Roberto Machado. 10 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992. p. 7.

¹⁴ FOUCAULT, M. *Histoire de la Sexualité 1: La volonté de savoir*. Paris, Gallimard, 1976. pp. 233-4.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 68-88
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

segunda concepção de sujeito, aquele que reage e luta, e isso *apesar* de ser ele um efeito que é produzido pelo poder. Esta reação "é uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra *sujeito*: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento."¹⁶ Esta segunda característica relativiza a importância das relações de poder, incluindo, ainda que de início obscuramente, a condição de luta "contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete, deste modo, aos outros (lutas contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão)."¹⁷ Até então, o Foucault da genealogia operara apenas com a primeira concepção, como a subjetivação primeira, a qual não inclui a segunda, porque não fornece para o saber de si senão a condição exterior, da ação do poder sobre uma individualidade já regularizada. Assim, o sujeito consumava-se como o resultado das relações de poder que o constituíam como tal, em um dado período da história. Tomar consciência de sua identidade ou remeter-se ao autoconhecimento significa, no entanto, mais do que meramente perceber-se dominado por forças exteriores que inclusive limitam o que deve ser conscientizado; ver-se significa redimensionar esses resultados objetificados por relações de poder *estabilizadas*. Tal regularidade dos mecanismos de poder, sob essa nova concepção, só se fazia possível pela modificação de relações anteriores. Essa mudança é decorrente de uma relação que Foucault define como *relação de confronto*.

O caráter de o que é concentrado nas instituições, portanto, é a inércia de uma força de combate que alcançou a vitória e permanece em vigor. Aliás, é essa concepção que Foucault tem em mente ao inverter o mote de Clausewitz¹⁸. Em jogo, pois, sempre as duas características subjetivas, já que o sujeito instituído é aquele primeiro, preso ao externo pelo controle e dependência, que, no entanto, é também o segundo, preso à própria consciência, que reage e confronta. Ora, a reação também permanece bem no seio da relação instituída, e é condição de existência da relação de poder. Esta última deve ser entendida, pois, como uma luta que se politizou (política que é extensão da luta, por outros meios). Mas a ser assim, há

¹⁵ Cf. FOUCAULT, M. *Il Faut défendre la société*. Paris, Édition du Seil, 1997.

¹⁶ FOUCAULT, M. *Il Faut défendre la société*. Paris, Édition du Seil, 1997, p. 235.

¹⁷ FOUCAULT, M. *Il Faut défendre la société*. Paris, Édition du Seil, 1997, p. 235.

¹⁸ Carl von Clausewitz: "A guerra não é senão a continuação das relações políticas pelo recurso a outros meios" (CLAUSEWITZ, *Da Guerra*. Trad. de Teresa Barros P. Barroso. São Paulo: Martins Fontes, 1996). O autor, general e diretor da Academia Militar de Berlim nos anos 1820, escreve *Da Guerra*, uma doutrina de estratégia comparável em importância ao *A Arte da Guerra*, de Sun Tzu. Clausewitz pensa a política como um tipo de guerra sem sangue, sendo esta última a extensão daquelas relações políticas nos Estados, por outros meios.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 68-88
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

algo tão original quanto a relação de poder, *i. e.*, existe um nível genealógico a explicitar como prática de poder e que não é poder.

Nesse meio tempo Foucault tratou de deixar clara¹⁹ a importância prática da genealogia que, situando a importância dos saberes menores (ingênuos) na órbita da arqueologia do saber, fazia-os ativos pela precipitação da genealogia rumo às lutas. A base instalada pelo curso de 1976 é o critério da guerra. Desde 1971, Foucault concentrara o tema da guerra “como principio eventual de análise das relações de poder”²⁰ em três tópicos: a guerra mesma, a luta e o exército. Este parece um ponto decisivo, pois marca em Foucault sua assunção nietzschiana:

Ao apossarem-se de sistemas de regras estabelecidos, as forças impõem-lhes uma nova direção. Desse ponto de vista, seria possível entender, por exemplo, a tese nietzschiana da transvaloração de todos os valores, transvaloração que já se verificaria, num primeiro momento, com o advento do cristianismo.²¹

No decurso da década de 70, Foucault avançou o conceito de relação entre conflito e estabilidade para o domínio político, insistindo na interpretação que se orientava para o conceito de governamentalidade. Um ponto importante para a sua compreensão é o reconhecimento da função da objetificação do indivíduo em situações sociais fixas, e. g., o reconhecimento de uma forma como a do poder pastoral. O poder pastoral²² precede o surgimento de uma nova forma de sujeito, eis o seu papel aqui, “como uma revolta contra o tipo de poder religioso e moral que deu forma, na Idade Média, a esta subjetividade”²³. Este assinalamento tem a propriedade de mostrar no âmbito do coletivo aquilo que é um fato sempre realçado por Foucault: o aspecto positivo do poder. Mais que repressor o poder é produtor, constituindo o que constitui através de técnicas de individualização e de processos de totalização. Resultante desta combinação, a subjetivação é produção que gera e depois eleva para organizações mais complexas — o grupo, a classe —, até a instituição mais geral que é o Estado. Nesse processo de sujeição e elevação “o Estado moderno ocidental integrou, numa nova forma política, uma antiga tecnologia de poder, originada nas instituições

¹⁹ Cf. FOUCAULT, M. *Dits et écrits II*. Paris, Gallimard, 1994a.

²⁰ FOUCAULT, M. *Il Faut défendre la société*. Paris, Édition du Seuil, 1997. Aula de 14/01/71, p. 27.

²¹ MARTON, Scarlett “Entre o Relativo e o Transcendente: Pluralidade de Interpretações e Ausência de Critérios”, *Dissertatio*, 19-20 (2005): 344-365. p. 374.

²² Cf. FOUCAULT, M. *Histoire de la Sexualité I*: La volonté de savoir. Paris, Gallimard, 1976.

²³ FOUCAULT, M. *Histoire de la Sexualité I*: La volonté de savoir. Paris, Gallimard, 1976. p. 236.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 68-88
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

cristsãs.”²⁴.

Na tarefa de absorver a tecnologia de poder pela cristandade há uma semelhança com o problema de trazer a tecnologia de si à atualidade. Com efeito, “de certa forma, podemos considerar o Estado como a matriz moderna da individualização ou uma nova forma do poder pastoral”²⁵. Se é assim, e se a tecnologia de poder se vale da tecnologia de si, então o “si” como motivo de cuidado chega até o Estado moderno. E isto não apenas como uma curiosa condição de um processo de subjetivação complexo, mas sim como algo constitutivo das relações mais gerais de poder. Diz-se, pois, que chega à modernidade desde e pela cristandade.

2. Superação da Resistência: a Estabilização da Relação de Poder através da Subjetivação

A partir da introdução ao *Anti-Édipo* de Deleuze e Guattari, de 1976, Foucault passou a dar sinais de uma atitude mais decidida pela valorização do sujeito que, *e.g.*, a apresentada na resposta ao tema da loucura, em sua *História* de 1961 – quando estava em cena apenas o nível arqueológico da individuação. Tal conversão, da atitude teórica da arqueologia do saber para o enfrentamento teórico-prático da genealogia do poder, seria perceptível ao vir a público *A Vontade de saber*, o primeiro volume de seu projeto de uma história da sexualidade. A diferença essencial para a história da psiquiatria, detectada por Gladys Swaim e Marcel Gauchet²⁶, consistia precisamente nessa substituição da *História da loucura na idade clássica* por *A Vontade de saber*. Nessa mudança, Foucault privilegiava a “continuidade interna que unia a técnica da confissão e da revelação à da cura”, minimizando a continuidade anterior da descoberta freudiana “em uma continuidade interna à história da psicopatologia”.²⁷ Para os historiadores da psiquiatria tratava-se de situar este segundo momento do pensamento de Foucault como tributário dos acontecimentos de maio de 68 e da discussão com a antipsiquiatria. Para os estudiosos de Foucault, tratava-se de avaliar as implicações da mudança dos modelos de análise utilizados sucessivamente, primeiramente a arqueologia, em

²⁴ FOUCAULT, M. *Histoire de la Sexualité I: La volonté de savoir*. Paris, Gallimard, 1976. p. 236.

²⁵ FOUCAULT, M. *Histoire de la Sexualité I: La volonté de savoir*. Paris, Gallimard, 1976. p. 237.

²⁶ Cf. SWAIN, Gladys & GAUCHET, Marcel. *La Pratique de l'esprit humain: l'institution asilaire et la révolution démocratique*. Paris: Gallimard, 1980.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 68-88
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

seguida a genealogia.

Na mesma linha de valorização dos historiadores da psiquiatria — agora mediante uma crítica negativa — da *Vontade de saber*, Renault e Ferry²⁸ tentavam desmascarar o que consideravam constituir o “pensamento 68”, para o qual Foucault teria contribuído com sua radical aplicação dos pensamentos de Nietzsche e Heidegger. No cume da preocupação de todos esses comentadores estaria a participação de Foucault, que “havia de fato alistado nos combates suscitados pelo encontro de seu livro com o movimento antipsiquiátrico, apoiando as diversas redes alternativas hostis ao poder psiquiátrico”, precisamente quando ocorria “uma valorização ultra-esquerdista de uma função dita ‘criativa’ da loucura, rotulação de toda forma de tratamento como um complô repressivo, recusa sistemática a qualquer reforma etc”²⁹.

A associação de Foucault com a ação emancipadora da luta antipsiquiátrica é tão clássica quanto discutível, e só é valorizada como elemento que instancia a revisão de sua noção de sujeito, que emerge do contexto teórico-prático da fase genealógica. Essa perspectiva problematizante, acrescida de algumas concessões fundamentais à compreensão do período – a valorização do princípio da guerra, do conceito de governamentalidade, do de agonismo, do de perigo – pode ressaltar as motivações realmente significativas para a inauguração do novo período. A complementação com o exame da hermenêutica, localizada no cuidado de si, que Foucault historia na análise da sexualidade, constitui um encaminhamento aparentemente suficiente para a determinação do sentido de sua retomada problemática das idéias já (aparentemente) prontas e acabadas.

Paul Veine contribuiu para situar a fonte do método desse Foucault “tardio” na reflexão sobre dois fragmentos póstumos de Nietzsche, e em uma passagem da *Genealogia da moral*³⁰. É de Veine também a intervenção que fornece, numa longa exortação sobre Foucault³¹, uma epígrafe para a apresentação do novo conceito de sujeito; inovação que o dota de um vigor impossível para o genealogista perfilado com o espírito (e a letra) de *Vigiar e punir*. Segundo Veine, Foucault era um filósofo-guerreiro, e “convenhamos que em uma

²⁷ ROUDINESCO, Elisabeth. *Penseur la folie: essais sur Michel Foucault*. Paris, Galilée, 1992. pp. 24-5.

²⁸ FERRY, Luc & RENAULT, Alain. *La Pensée 68*, Paris: Gallimard, 1986.

²⁹ FERRY, Luc & RENAULT, Alain. *La Pensée 68*, Paris: Gallimard, 1986. Pp. 26-28.

³⁰ Cf. VEINE, P. “Foucault révolutionne l’histoire”, in *Comment on écrit l’histoire*. Paris: Seuil, 1978. p.240, nota 11. Segundo Scarlett Marton, Paul Veyne reporta-se ao §11 da Primeira Dissertação da *Genealogia da Moral* e aos fragmentos póstumos 70 e 694 da edição canônica da *Vontade de Potência*.

³¹ VEYNE, Paul. “Le dernier Foucault et sa morale”. *Critique*, Paris, Vol. XLII, n° 471-472 (1985) 933-941.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 68-88
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

filosofia de guerreiro se está mais perto de uma filosofia do ator histórico do que de um fatalismo”³². Expressa Veine:

Em 1977, Foucault, em uma circunstância que prefiro esquecer, escreveu no *Le Monde* uma coisa menos esquecível: que as liberdades e os direitos do homem se fundam mais seguramente sobre a ação de homens e mulheres decididos a usar o poder e defendê-los, que sobre a afirmação doutrinal da razão ou do imperativo kantiano³³.

Para aquele que vê a questão do sujeito em Foucault sob a óptica de sua ausência essa reflexão de Veine é ruidosa: existe na filosofia de guerreiro, *mais que em Kant*, uma condição de ator histórico. A afirmação pode não ser bombástica, já que sequer sugere que o valor da orientação impressa pela ação decidida de humanos seja suficiente para apontar a história, como em Kant, para o progresso das liberdades e dos direitos do homem. O “mais que em Kant” deve, então, ser interpretado somente sob o critério quantitativo: há mais energia motora para a promoção das conquistas humanistas na aplicação racional do poder que na aplicação justificada da razão moral. Que homens e mulheres, no entanto, poderiam conduzir assim seguramente a história em função de seus próprios interesses, de suas próprias liberdades, senão homens e mulheres já razoavelmente livres para deliberar em seu favor. Ou por outra, podem humanos produzidos por funções articuladas de poder tratar de suas próprias conquistas?

Já não existe margem para dúvida, após a divulgação recente dos últimos cursos e entrevistas, a respeito da orientação dada por Foucault às idéias defendidas no período arqueológico e na fase genealógica, de revisão e ampliação, à luz da história da sexualidade. Mas, ainda que seja apresentado um considerável volume de registros – em especial na coleção *Dits et Écrits* – solidários com a pretensão de que o pensador prosseguiu a (re)elaboração de seus conceitos de saber, poder e sujeito, até a síntese no conceito de governamentalidade³⁴, aqui e ali ressoam ecos de uma convicção provocada ao mesmo tempo por uma decisão de ordem metodológica e por uma talvez ingênua *vulgata* foucaultiana. Estas admitem não haver nenhuma possibilidade de sujeição que não aquela que é constituída como tal por relações externas, internalizadas naquele que vem a ser sujeito não apenas como a

³² VEYNE, Paul. “Le dernier Foucault et sa morale”. *Critique*, Paris, Vol. XLII, n° 471-472 (1985) 933-941. p. 936.

³³ VEYNE, Paul. “Le dernier Foucault et sa morale”. *Critique*, Paris, Vol. XLII, n° 471-472 (1985) 933-941. p. 936.

³⁴ Cf. FOUCAULT, M. “Qu'est-ce que la critique? Critique et *Aufklärung*”. *Bulletin de la Société française de philosophie*, Vol. 82, 2 avr/juin (1990): 35-63.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 68-88
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

única possibilidade de ação, mas também, e talvez principalmente, como a única alternativa de subjetivação. Apenas como um exemplo da unanimidade da recepção dessa interpretação do conceito, vale lembrar a afirmação do entrevistador do *Le Monde*, em 1984: “Não é mistério para ninguém o que vem sendo dito há algum tempo: *não há sujeito na obra de Foucault*. Os sujeitos são sempre sujeitados, são pontos de aplicação de técnicas, de disciplinas normativas, mas não são nunca sujeitos soberanos”³⁵. A resposta de Foucault ao entrevistador contribui para a ressonância equivocada obtida por essa noção restrita, pois não é negativa:

É necessário fazer uma distinção. Em primeiro lugar, creio, efetivamente, que não há um sujeito soberano, fundador, uma forma universal de sujeito que se encontrar em qualquer lugar. Eu sou muito cético e muito hostil para com esta concepção de sujeito. Penso, ao contrário, que o sujeito se constitui por meio das práticas de assujeitamento, ou de uma maneira mais autônoma, através das práticas de liberação, de liberdade, como na Antigüidade, desde (bem entendido!) um certo número de regras, estilos, convenções que se encontra no meio cultural³⁶.

Essa resposta é suficientemente cética, embora acrescentada à exaltada afirmação sobre a vacuidade do sujeito os conceitos de liberdade, de autonomia, de estilo. Mas Foucault, aliás como dever-se-ia esperar, não desautoriza plenamente o tratamento do sujeito como individualização, como produto; assim como se a interpretação fosse velada acusação de uma pendência em sua análise genealógica. A resposta é, em todo caso, ambígua o suficiente para admitir a persistência da noção-embrião.

A característica subjetiva a ser esclarecida, a necessária liberdade — unicamente com a qual seria possível a pretensão trazida à baila por Veine —, tem pouca ou nenhuma repercussão, pelo menos num primeiro momento, no comentário filosófico sobre a *genealogia do governo* — e a convicção do entrevistador do *Le Monde* é ilustrativa disto. Parece que aquele sujeito que está presente no primeiro instante da recepção de Foucault não é apenas uma resposta parcial, temporalmente localizável, e retomado mais tarde, a partir de *A Vontade de saber*. Trata-se, no entanto, de uma interpretação que minimiza os resultados da última fase, privilegiando uma acepção mais acanhada, de cujos méritos hermenêuticos, entretanto, é impossível duvidar.

Por outro lado, e complementarmente, não pode ser esquecido que qualquer que seja a abordagem da idéia de subjetividade na obra de Foucault deve satisfazer a exigência da

³⁵ FOUCAULT, M. *Dits et écrits IV*. Paris, Gallimard, 1994b. pp. 730-735, ênfase acrescida.

³⁶ FOUCAULT, M. *Dits et écrits IV*. Paris, Gallimard, 1994b. pp. 730-735.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 68-88
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

relação com o poder, *i. e.*, que é mais ou menos óbvio que o primeiro movimento dos estudos sobre o sujeito e seus efeitos consiste na assunção de que ele é seminalmente produto dessa relação, tal como o concebe o entrevistador: em um domínio definido por relações de poder não há sujeito. O que passa por sujeito, individual ou coletivo, é, originariamente, um efeito das relações de poder³⁷, as quais têm como característica individualizar o ser humano como um determinado sujeito, o qual não pode agir com uma eficácia maior que a proporcionada pelo imperativo kantiano. Destituído do eufemismo, o sujeito assim definido não é sujeito, mas um objeto, valendo aquela designação para o poder individualizador, este sim dotado de autonomia.

Para dar conta do acréscimo exigido para a caracterização de um agente autoconsistente é preciso que se revele o quê das relações de poder se emancipa quando elas estão concentradas na constituição daquilo que é tido por sujeito. É preciso, portanto, atentar para o que está em jogo na genealogia do poder, cuja primeira tarefa é, por sua vez, arqueológica. A loucura, o hospital, os enfermeiros, a prisão, a medicina, tudo isso deve ser escavado para mostrar-se como motivo da mesma importância dos componentes das grandes narrativas; guerras, revoluções, grandes invenções no aspecto material; sistemas filosóficos como os de Descartes, Kant e Hegel, na produção simbólica. De modo geral, a genealogia primeiramente deve dar conta do surgimento de campos de saber, como posto em *As Palavras e as coisas*, sobre a vida, o trabalho, a linguagem. Esta elaboração da questão pode ser compreendida na assunção do princípio guerra-repressão por Foucault, ao explicitar sua genealogia do poder a partir da pergunta preparatória: “o poder está sempre em posição secundária em relação à economia, ele é sempre ‘finalizado’ e ‘funcionalizado’ pela economia?”³⁸. A resposta é negativa. A opção pela tese Nietzsche-Reich³⁹, como a chamou, é a opção pela escavação arqueológica e pela gênese das estratégias. Êi-lo, o filósofo guerreiro de Veine, promovendo a leitura da guerra no lugar da do trabalho, invertendo Clausewitz: “a política é a extensão da guerra por outros meios”⁴⁰.

³⁷ Uma linha de investigação bastante razoável é a que atrela a dualidade na origem à condição unitária de doação do ser, como ente, na abertura ou clareira, tal como o entendia Heidegger. A inspiração em Heidegger evoca Nietzsche, constituindo a dupla uma condição necessária à exegese mais profunda de Foucault.

³⁸ Cf. FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Tradução e org. de Roberto Machado. 10 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992. p. 176.

³⁹ A hipótese Nietzsche-Reich conjuga a luta desestabilizadora e a repressão da estabilidade, ambas da relação de poder. Foucault a propõe na aula de 07/01/76, como opção à variante clássica, baseada no contrato-opressão. Esta é examinada em detalhe na aula seguinte, de 14/01/76, publicada com o título de *Soberania e disciplina* em *Microfísica do Poder e Em Defesa da Sociedade*.

⁴⁰ Cf. FOUCAULT, M. *Dits et écrits II*. Paris, Gallimard, 1994 a.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 68-88
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

Até então sujeito é o *produto das funções de individualização* típicas das relações de poder. Mas agora Foucault acrescenta que o poder não tem tanta força, por exemplo, com respeito ao saber: “o poder não é onipotente, onisciente, ao contrário (...). Se as relações do poder produziram formas de investigação, de análises dos modelos de saber, foi precisamente porque o poder não era onisciente, mas porque era cego, porque estava num impasse”⁴¹. No caminho contrário, se dá a aproximação do sujeito entrevisto pela problematização grega da existência, depois estendido para aquele que é positivado pela pastoral cristã medieval, e que se torna, enfim, administrado pelo Estado moderno e contemporâneo. A partir desses elementos Foucault discerne sobre o tipo de oposição entre a condição de sujeito e a condição de objeto, contribuindo para o projeto de uma genealogia do sujeito e da sua moral. O interesse que tem esse trabalho do último Foucault parece, de fato, ser o de vislumbrar o distúrbio central do sujeito pós-68, a sua esquizofrenia fundamental (que, aliás, o remete sempre ao *Anti-Édipo*), mantendo acesa a crítica ao sujeito metafísico, livre e imortal.

O campo histórico em que tem lugar essa pulverização da simplicidade substantiva do agente livre deve ser ontologicamente um campo de luta possível. Mas se é verdade que não há sujeito substancial, capaz de imprimir um sentido preciso e coerente às ações sociais e à história, também o é que não há poder como tal. Relações de poder, que pressupõem resistência, são contaminadas de subjetividade, da mesma liberdade que o poder deve regular, dirigir. A ação do poder é sempre, pois, a de *estruturar o campo eventual da ação do sujeito*⁴². Um sujeito que, até prova em contrário, *i. e.*, até que tenha seu campo eventual de ação estruturado por outros, cuida de si mesmo. O “toma conta de ti mesmo” é, pois, a questão fundamental do oráculo até Sócrates consagrar a secundária “conhece-te a ti mesmo”⁴³. Em que medida o cuidado de si é a apropriação pelo sujeito do curso da ação que desfere é o que cabe aferir. Mas é conclusão suficientemente justificada que o cuidado de si emerge nas relações de poder, como saturação de seus efeitos subjetivantes.

É com esse sentido que a análise da sociedade consiste primeiramente em diferenciar os locais de exceção (manicômio, hospital, prisão) de um domínio digerível como universal, compreendendo-os cada um na irredutibilidade de sua emergência, de seu isolamento prático-discursivo. A sociedade do manicômio, a do hospital e a da prisão não são as mesmas do

⁴¹ FOUCAULT, M. *Dits et écrits II*. Paris, Gallimard, 1994 a. 238: 629; 1997, p. 338.

⁴² Cf. DREYFUS & RABINOW, *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Tradução de Vera Porto Carrero. 1^o. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

⁴³ Cf. FOUCAULT, M. *Dits et écrits IV*. Paris, Gallimard, 1994b. p. 785, *passim*.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 68-88
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

mundo exterior. A exclusão do louco não é apenas social, *i. e.*, histórica, é também teórica. O louco não pode ser explicado por Marx ou por Freud. A loucura é um saber dominado, na psiquiatria, por inflexões internas do próprio saber. Em segundo lugar, “o internamento psiquiátrico, a normalização mental dos indivíduos, as instituições penais (...) no funcionamento geral das engrenagens do poder, são sem dúvida essenciais.”⁴⁴.

Esse segundo nível de análise, sobejamente esboçado desde a fase arqueológica, somente ao final – já na hermenêutica do sujeito – começa a se destacar teoricamente.

3. Subjetivação do Poder e Apoderação do Sujeito: Instabilidade e Inércia

Se o exposto é válido, tanto quanto um sujeito desvestido do transcendental, Foucault interpreta, seguindo Nietzsche, também um poder dessubstancializado. Mais que, no entanto, reiterar que não existe “poder”, mas apenas suas relações, isto significa abdicar de uma ontologia, de modo que a noção, ao invés de se reportar a uma potência finalista transcendente, descortina uma condição material de emergência. Isso é, para Foucault, a troca da teleologia imanente por uma tensão latente, um antagonismo subjetivante indeterminado e indeterminante. Por “poder” entenda-se, ainda que provisória e rudimentarmente, as relações que se realizam “através da produção e da troca de signos; e que também não são dissociáveis das atividades finalizadas”⁴⁵. Relações de poder devem significar algo bem diferente da noção primitiva, com que se iniciou o projeto genealógico⁴⁶.

Por ocasião de *Sujeito e poder*, Foucault concebe a relação de poder permeável à relação de confronto. Sob um certo ângulo esta última se torna necessária para a compreensão daquela primeira, e ambas distintas do conceito substancial de poder. Sob este enfoque, atualizado pela análise do sujeito, o poder é implicado com uma função de resistência. É, pois, na liberdade, *i.e.* na resistência, que pode ser entendida a relação de poder. Este é o resultado mais notável da analítica foucaultiana do poder e do sujeito: a necessidade de admitir a liberdade como condicionante da ação do poder. A profundidade da incrustação da liberdade

⁴⁴ FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Trad. e org. de Roberto Machado. 10 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992, p. 7.

⁴⁵ DREYFUS & RABINOW, *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Tradução de Vera Porto Carrero. 1º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 241.

⁴⁶ Cf. aula sobre *Soberania e Disciplina*, em 14 de Janeiro de 1976, in FOUCAULT, M. *Dits et écrits II*. Paris, Gallimard, 1994a e 1992.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 68-88
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

nas relações sociais é indicadora da sua relevância para uma analítica dos micro-fenômenos sociais. A relação de poder:

Se articula sobre dois elementos que lhe são indispensáveis por ser exatamente uma relação de poder que ‘o outro’ (aquele sobre o qual ela se exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como o sujeito de ação; e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis⁴⁷.

A partir de então o exercício de poder não pode ser concebido sem essa condição de revide, da resistência de um agente da contra-ação. Poder não é entendido mais como uma força aplicada sobre um objeto passivo, e sim como algo que se exerce sobre um *agente*. Aliás, é, antes, “a maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos, governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes”⁴⁸. Aqui se define, pois, o momento da concepção da liberdade, e isso precisamente no núcleo da relação de poder, até mesmo como sua co-origem. Assim, “o poder só se exerce sobre ‘sujeitos livres’, enquanto ‘livres’”⁴⁹. A expressão liberdade ganha, na medida em que Foucault busca esclarecer o próprio poder na sua relação com o sujeito, mais e mais cidadania. De modo que neste momento já não é central a questão do exercício mesmo do poder e sim a de determinar qual é o seu pólo complementar nos sujeitos livres. O que é que resiste nesses agentes, ao se exercer sobre eles a torção objetificante que os individualiza de modo diverso do que o fariam suas vontades livres? Para identificar o processo de subjetivação é preciso, portanto, insistir em compreender o que seja essa liberdade no cerne.

Para tanto, basta a Foucault seguir a linha ondulante, mas precisa da tese central da positividade do poder; admitido o caráter positivo, produtivo, do conceito de relação de poder, sua definição poderia ser expressa como “uma maneira para alguns de estruturar o campo de ação possível dos outros”⁵⁰. O motivo da intervenção sobre a possível ação do outro exigir a liberdade, como já expresso, pode ser elucidado mediante a configuração do papel da relação de confronto no conhecimento mais geral da relação de poder. Tanto quanto uma especificação sua, a luta é uma operação instituidora do poder. Luta é a ação que envolve duas potências, cada uma capaz de impingir à outra, mediante estratégias, uma estruturação

⁴⁷ DREYFUS & RABINOW, *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Tradução de Vera Porto Carrero. 1º. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 243.

⁴⁸ DREYFUS & RABINOW, *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Tradução de Vera Porto Carrero. 1º. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 244.

⁴⁹ DREYFUS & RABINOW, *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Tradução de Vera Porto Carrero. 1º. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 244.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 68-88
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

antecipadora, de tal modo que ao adversário “a luta lhe seja impossível”⁵¹. Mas por que a luta não é já a relação de poder pronta? O que a distingue, se é que isso ocorre, da configuração de um regime de poder?

Para Foucault, “o ponto mais importante é evidentemente a relação entre relações de poder e estratégias de confronto”⁵². A relação de poder somente se instala após a vitória de um dos participantes do confronto. Assim, a relação de poder só se manifesta quando a vitória de um dos oponentes substitui o conflito por “mecanismos estáveis pelos quais um dentre eles pode conduzir de maneira bastante constante e com suficiente certeza a conduta dos outros”⁵³. De modo mais incisivo, “para uma relação de confronto, desde que não se trate de luta de morte, a fixação de uma relação de poder constitui um alvo — ao mesmo tempo seu completamento e sua própria suspensão”⁵⁴. A relação de poder não é a causa eficiente, portanto, senão após ter sido o constituinte final para o qual se dirigiu a tensão original entre uma forma regular, durável, de relação com a possibilidade de confronto que a liberdade dos seus agentes lhe opunha.

Essa conclusão provisória de Foucault é de suma importância para a avaliação do papel do sujeito e da subjetivação, na formação das relações de poder; a objetificação do indivíduo num tal regime é restrita. Se, porém, na origem do regime há a exigência do confronto com aquilo que lhe escapa no agente individualizado, e esse confronto pode ser decifrado em termos de estratégias, então a fonte das relações de poder estáveis é um jogo que exige graus de liberdade, na manobra que as instala, para impedir o oponente de lutar. O que impede, então, o oponente de lutar é o fato que “desde que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Nunca somos pegos na armadilha pelo poder: sempre podemos modificar-lhe o domínio, em determinadas condições e segundo uma estratégia precisa”⁵⁵.

⁵⁰ DREYFUS & RABINOW, *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Tradução de Vera Porto Carrero. 1º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 245.

⁵¹ DREYFUS & RABINOW, *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Tradução de Vera Porto Carrero. 1º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 248.

⁵² DREYFUS & RABINOW, *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Tradução de Vera Porto Carrero. 1º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 248.

⁵³ DREYFUS & RABINOW, *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Tradução de Vera Porto Carrero. 1º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 248.

⁵⁴ DREYFUS & RABINOW, *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Tradução de Vera Porto Carrero. 1º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 248.

⁵⁵ FOUCAULT, M. *Dits et écrits II*. Paris, Gallimard, 1994a, pp. 200:267.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 68-88
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

A ação possível é evocada na introdução ao *Anti-Édipo*, quando Foucault parecia ter decidido francamente por um enfrentamento do processo de dominação dos saberes. Então, o que diz Foucault de importância para o presente comentário é:

Não exija da ação política que ela restabeleça os ‘direitos’ do indivíduo, tal como a filosofia os definiu. O indivíduo é o produto do poder. O que é preciso é ‘desindividualizar’ pela multiplicação, o deslocamento e os diversos agenciamentos. O grupo não deve ser o laço orgânico que une os indivíduos hierarquizados, mas um constante gerador de ‘desindividualização’⁵⁶.

Tal agenciamento da reação para uma atividade constante de reindividualização pelo agente, que nela se emancipa como o sujeito contingente de si mesmo, tal agenciamento e tal constância são ao mesmo tempo pessimista e otimista: pessimista porque não há como escapar da condução a um poder estabilizado; otimista porque se há necessidade de permanente direcionamento do sujeito à individualização é porque ele é capaz de desindividualizar-se, obrigando o poder a estar atento às suas alternativas de escape e de revide.

Na mesma linha de raciocínio, ou talvez como sua conclusão, Foucault observa que é, pois “verdade que no centro das relações de poder e como condição permanente de sua existência, [que] há uma ‘insubmissão’ e liberdades essencialmente renitentes, não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual⁵⁷. Segue-se que a objetificação é sempre apenas parcial e provisória, sujeita às tensões provenientes de uma reação que se configure como luta do sujeito pela sua não-objetivação. Mecanismos de objetificação são resultados desses conflitos. Por isso Foucault pode esperar recusar o que somos e promover novas formas de subjetividade. É nessa esfera de ação que se insere a preocupação com “estudar os jogos de verdade na relação de si para si e a constituição de si mesmo como sujeito”⁵⁸. Neste domínio censurado do sujeito livre deve-se considerar as “artes da existência”, quer dizer, “práticas refletidas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam regras de conduta como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo⁵⁹”.

Eis, pois, no centro das atenções da genealogia do poder, a analítica do sujeito, com

⁵⁶ Cf. DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia*, New York: Viking Press, 1977.

⁵⁷ DREYFUS & RABINOW, *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Tradução de Vera Porto Carrero. 1º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 248.

⁵⁸ FOUCAULT, M. *Histoire de la Sexualité I: La volonté de savoir*. Paris, Gallimard, 1976, p. 11.

⁵⁹ FOUCAULT, M. *Histoire de la Sexualité I: La volonté de savoir*. Paris, Gallimard, 1976, p. 15.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 68-88
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

todas as implicações da estética da existência e da ética individualista que Foucault esboçou no seu projeto de uma história da sexualidade. Sua ambiciosa interpretação dá relevo à problematização do sujeito bem ali onde é um estrategista que enfrenta o regime que, evidentemente, o constituiu como poder e verdade. Problematização que remonta à Grécia antiga.

4. A Relação Final de Foucault com o Poder

O problema do estatuto do sujeito e da subjetividade em Michel Foucault, se é posta restritivamente, porta uma pseudoquestão; seja como efeito de uma produção de individualidade, seja como causa determinante da finalidade do poder, aquilo que passa por sujeito deve ser considerado ultimamente produto, *i.e.*, objeto. Pode-se, por exemplo, negar que o sujeito entrevisto pela problematização grega seja o mesmo que é positivado pela pastoral cristã, e, ainda, que qualquer dos dois seja o proto-sujeito moderno e contemporâneo. Ou que haja um sujeito-de-si, senão entre os gregos, e mesmo lá, que tenha sido mais que uma pretensão, bastante remota, de excelência. O maior mérito dessa posição é, talvez, o de manter intocada a crítica foucaultiana ao sujeito metafísico, substancial, livre e imortal; afinal, o resultado dessa leitura é que tal sujeito foi tornado sujeito por processos de apoderação de um humano, visando individualizá-lo para algum proveito, antes de totalizá-lo. Qualquer estímulo à interpretação que apele para um agente livre que se mantém na história, ora como projeto de excelência viva, ora como aspirante à felicidade paradisíaca em uma ilusão pré-moderna, pode dar margem à exaltação universalista, e isso é essencialmente anti-foucaultiano. E isso desestimula o debate antes mesmo de sua necessidade adquirir corpo.

Foi visto, entretanto, que há uma dualidade fundamental, nas fontes da própria relação de poder-luta, o que repõe a questão aproximadamente nos termos com que é posta desde Aristóteles. A solução foucaultiana é que deve existir um plano de consideração em que a relação poder-sujeito se concentra em uma só operação: “Chamo ‘governamentalidade’ ao encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si”⁶⁰. Isso parece decidir a pergunta: como é possível a convivência de sujeito e poder, mantendo-se o sujeito como tal, e não sendo ele substancial?

⁶⁰ FOUCAULT, M. *Dits et écrits IV*. Paris, Gallimard, 1994b, p. 786.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 68-88
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

A forte impressão de Foucault relativamente ao perigo aponta para a importância da condição de alerta desempenhada pela resistência. A idéia do perigo traz à tona, assim, a preocupação do sujeito livre para com aquilo que pode estruturar o campo eventual de sua ação, sujeitando-o do modo como o faz e pelo preço que lhe cobra. Perigo é, pois, o que ocupa o sujeito livre com uma hiperatividade, em virtude da qual não há descanso; é preciso desarticular a relação de poder, ainda que para restabelecê-la em novos termos, com outros riscos; ainda que a empreitada seja pessimista, como o admite o próprio Foucault. O perigo é, sobretudo o de haver violência e dominação, não tanto a relação mesma de poder. Perigo é a ameaça do fascismo que provoca toda resistência, e gera o *Anti-Édipo*. Nestes termos, é a denúncia da possível exceção do poder, é o critério de seus limites. Mas é mais, por ser uma antecipação à estruturação da ação prevê também a possibilidade estratégica de seu manejo e destinação. Faz-se, portanto, novidade essencial no pensamento do Foucault genealógico, abrindo-lhe as portas para uma crítica geral ao poder; não apenas ao poder metafísico – como o do rei, consubstanciado no direito –, mas à própria relação de poder trazida à luz pela genealogia e consagrada como a fonte da individualização dos humanos através das três grandes eras de subjetivação: o si grego, e os sujeitos da pastoral cristã e do estatal moderno.

Referências

- CLAUSEWITZ, Carl von. *Vom Kriege*, 19a ed., Werner Hahlweg, Bonn, 1980. (*Da Guerra*. Trad. de Teresa Barros P. Barroso. São Paulo: Martins Fontes, 1996).
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Paris, Les Éditions de Minuit, 1986. (Trad. de Cláudia Sant'Anna Martins. Brasiliense, 1991).
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia*, New York: Viking Press, 1977.
- DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. *Michel Foucault: un parcours philosophique*, Paris, Gallimard, 1984. (*Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Tradução de Vera Porto Carrero. 1^o. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995).
- FERRY, Luc & RENAULT, Alain. *La Pensée 68*, Paris: Gallimard, 1986.
- FOUCAULT, Michel. *Les Mots et les choses: une archéologie des sciences humaines*, Paris, Gallimard, 1966 (*As Palavras e as Coisas*. Trad. br. de Salma Tannus Muchail, São Paulo: Martins Fontes, 1995).
- _____. *Folie et déraison: Histoire de la folie à l'âge classique*. Paris, Plon, 1961. (*História da Loucura na Idade Clássica*. Trad. br. de José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1997).
- _____. *Histoire de la Sexualité 1: La volonté de savoir*. Paris, Gallimard, 1976. (*História da sexualidade 1: A vontade de saber*. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Graal, 1990a).
- _____. *Histoire de la sexualité 2: L'usage des plaisirs*. Paris, Gallimard, 1984. (*História da sexualidade 2: O uso dos prazeres*. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro, Graal, 1990b).

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 68-88
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------

- _____. *Histoire de la sexualité 3: Le souci de soi*. Paris, Gallimard, 1984. (*História da sexualidade 3: O cuidado de si*. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro, Graal, 1985).
- _____. *Il Faut défendre la société*. Paris, Édition du Seuil, 1997. (*Em Defesa da Sociedade*. Trad. br. De Maria E. Galvão, São Paulo: Martins Fontes, 1999).
- _____. *Surveiller et punir: Naissance de la prison*. Paris, Gallimard, 1975. (*Vigiar e punir: História da violência nas prisões*. Trad. de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1997).
- _____. *Dits et écrits II*. Paris, Gallimard, 1994a (*Ditos e Escritos: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*, Trad. de Elisa Monteiro, Org. por Manoel B. Motta, Rio, Forense Universitária, 2000).
- _____. *Dits et écrits IV*. Paris, Gallimard, 1994b (*Ditos e Escritos*: Trad. de Wanderson Flor do Nascimento e Karla Neves, Org. por Manoel B. Motta, Rio, Forense Universitária, 2000).
- _____. *L'archéologie du savoir*. Paris, Gallimard, 1969. (*A arqueologia do saber*. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987).
- _____. *L'ordre du discours*. Leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970. Paris, Gallimard, 1971. (*A Ordem do Discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996).
- _____. *Microfísica do poder*. (Tradução e org. de Roberto Machado. 10 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992).
- _____. “Qu'est-ce que la critique? Critique et *Aufklärung*”. *Bulletin de la Société française de philosophie*, Vol. 82, 2 avr/juin (1990c): 35-63.
- MARTON, Scarlett “Entre o Relativo e o Transcendente: Pluralidade de Interpretações e Ausência de Critérios”, *Dissertatio*, 19-20 (2005): 344-365.
- ROUDINESCO, Elisabeth. *Penseur la folie: essais sur Michel Foucault*. Paris, Galilée, 1992 (*Leituras da História da Loucura (1961-1986)*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994).
- SWAIN, Gladys & GAUCHET, Marcel. *La Pratique de l'esprit humain: l'institution asilaire et la révolution démocratique*. Paris: Gallimard, 1980.
- VEYNE, Paul. “Le dernier Foucault et sa morale”. *Critique*, Paris, Vol. XLIL, n° 471-472 (1985) 933-941.
- _____. “Foucault révolutionne l'histoire”, in *Comment on écrit l'histoire*. Paris: Seuil, 1978.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 68-88
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	-----------